DocuSign Envelope ID: 301F8C72-117A-4F06-86DA-3E58378F9F4B

AGEO LESTE TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S/A

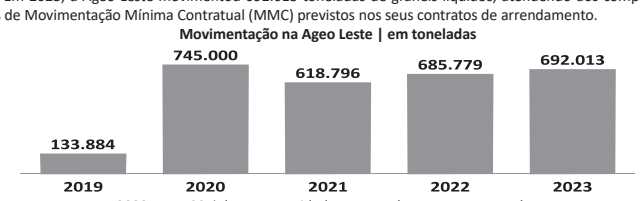
CNPJ/MF nº 17.233.151/0001-92

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2023 E 31 DEZEMBRO DE 2022 - *(Em milhares de Reais)*

Relatório da Administração

Desempenho Operacional: A Ageo Leste Terminais e Armazéns Gerais S.A. ("Ageo Leste"), é controlada pela EBT - Empresa Brasileira de Terminais e Armazéns Gerais Ltda. ("EBT"), em conjunto com suas demais controladas ("Grupo EBT"). Em 2023, a Ageo Leste movimentou 692.013 toneladas de granéis líquidos, atendendo aos compromissos anuais de Movimentação Mínima Contratual (MMC) previstos nos seus contratos de arrendamento.

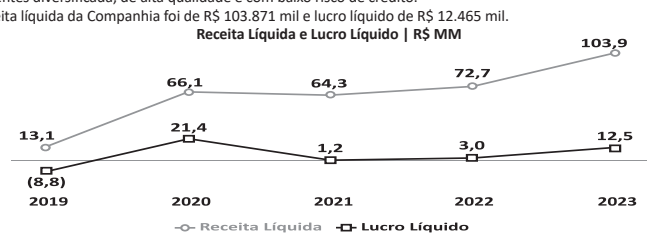
Movimentação na Ageo Leste | em toneladas



A Ageo Leste operou em 2023 com 100% de sua capacidade contratada com contratos *take-or-pay*, com uma carteira de clientes diversificada, de alta qualidade e com baixo risco de crédito.

A receita líquida da Companhia foi de R$ 103.871 mil e lucro líquido de R$ 12.465 mil.

Receita Líquida e Lucro Líquido | R$ MM



Investimentos: O investimento de destaque no ano de 2023 foi a implantação da Unidade Produtora de Nitrogênio, proporcionando autonomia, segurança dos processos e redução de custos associadas ao insumo, relevante na estrutura de custos do terminal. O plano plurianual de investimentos prevê a atualização tecnológica e o enquadramento às melhores práticas de engenharia atualizadas, para que o terminal chegue aos mesmos padrões adotados pelos demais terminais do Grupo EBT, sempre com objetivo de otimizar a segurança das operações, a proteção ao meio ambiente e o aumento da performance operacional. Os principais pontos do plano estão descritos a seguir: (i) Plataformas de Carga/Descarga de Caminhões-Tanque; (ii) Sistema de Bombeamento de Produtos; (iii) REVAMP dos Tanques; (iv) REVAMP do Sistema Elétrico e (v) Reforma de Civil. Adicionalmente aos investimentos nas atuais operações, a diversificação geográfica e de produtos, com foco em granéis sólidos agrícolas, é uma das prioridades no planejamento estratégico do Grupo EBT. Em julho de 2023, a controladora EBT assinou acordo de investimentos para a aquisição de 60% do capital votante e total do Terminal Portuário Novo Remanso ("TPNR"), terminal que movimenta soja e milho em Itacoatiara-AM, com capacidade estática de 90 mil toneladas e de movimentação de 3,3 milhões de toneladas por ano. O terminal escoa a produção de grãos de Rondônia e do noroeste do Mato Grosso, área com grande previsão de crescimento da produção e que é transportada pela hidrovia do rio Madeira. Para atender os termos das escrituras das debêntures dos terminais, que previam que os debenturistas deveriam aprovar em assembleia geral de debenturistas ("AGD") a aquisição de participação acionária pela EBT, em 16 e 22 de abril de 2024 foram realizadas AGDs das quatro emissões. Em todas as AGDs, os debenturistas aprovaram a aquisição do TPNR. A transação será efetivada quando a ANTAQ autorizar a troca de controle da empresa, última condição precedente a ser atendida.

Endividamento e *Covenants*: A Companhia emitiu duas debêntures incentivadas com vencimento em 2031 e 2032, totalizando o saldo devedor de R$ 308.726 mil, considerando o efeito dos instrumentos financeiros derivativos - *Swap*. A EBT é a fiadora dessas emissões e um dos compromissos da dívida ("*covenant*") é a manutenção do índice financeiro consolidado ("Dívida Líquida/EBITDA") ("Alavancagem") inferior a 3,5x. O Grupo EBT encerrou dezembro de 2023 com uma alavancagem de 0,18x. O Grupo EBT tem nas suas quatro debêntures como um dos covenants obrigações não pecuniárias de entregar ao agente fiduciário, em data estabelecida nas escrituras das debêntures, em caso de adiantamentos de dividendos do exercício realizados no primeiro semestre: (i) ITR e (ii) relatório de asseguração limitada revisado e assinado por empresa de auditoria independente que comprovem os limites de índice financeiro e pagamento de dividendos. Houve entrega intempestiva do relatório de asseguração limitada do 2º trimeste de 2023. Após a emissão do relatório de asseguração limitada, que comprovou o índice financeiro de 0,32x e que o adiantamento de dividendos de R$ 442 mil representava somente 1,1% do limite semestral de R$ 39.198 mil previsto nas escrituras das debêntures, o agente fiduciário informou que não havia pendências. De forma conservadora, a ratificação, mediante waiver dos debenturistas, foi adicionada às pautas das AGDs que foram realizadas em 16 e 22 de abril de 2024 para a deliberação da aquisição do TPNR e foram aprovados pelos debenturistas em todas as emissões do Grupo EBT. Considerando o lapso temporal que transcorreu entre a data das demonstrações financeiras e as AGDs, a dívida está apresentada integralmente no passivo circulante. As demonstrações financeiras individuais, com apresentação das debêntures integralmente no passivo circulante, não refletem a realidade econômica e financeira da Ageo Leste considerando a obtenção do *waiver*. Na data de emissão destas demonstrações financeiras individuais, a dívida com vencimento no longo prazo foi reclassificada para o passivo não circulante, compatibilizando-a aos fluxos previstos nas escrituras das debêntures. Ao restabelecer a contabilização do saldo das debêntures no passivo circulante e não circulante, demonstra-se que o Capital Circulante Líquido (CCL) da Ageo Leste, embora seja negativo em R$ 47.651 mil, não é relevante, pois a Companhia apresentou forte geração de caixa operacional, no valor de R$ 45.018 mil, como pode ser verificado na sua Demonstração de Fluxo de Caixa.

AGEO LESTE	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante	**52.794**	**84.707**
Caixa e equivalentes de caixa	36.774	57.645
Demais contas ativo circulante	16.020	27.062
Ativo Não Circulante	**422.482**	**391.086**
Total do Ativo	**475.276**	**475.793**
Passivo Circulante	**100.445**	**82.656**
Debêntures	46.821	21.672
Demais contas passivo circulante	53.624	60.984
Passivo Não Circulante	**312.688**	**340.946**
Debêntures	284.066	293.209
Demais contas passivo não circulante	28.622	47.737
Patrimônio Líquido	**62.143**	**52.191**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**475.276**	**475.793**
Capital Circulante Líquido	**-47.651**	**2.051**

O cronograma de amortização da dívida, descrito na Nota Explicativa 31 – Eventos Subsequentes das demonstrações financeiras individuais, conforme os fluxos definidos nas escrituras das debêntures demonstram, em 31 de dezembro de 2023, que a dívida de curto prazo representava 14,2% do saldo devedor total e 127,3% do saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Companhia vem aumentando seu fluxo de caixa operacional de modo a compatibilizar com o fluxo da dívida, contribuindo com a solidez financeira do Grupo EBT, confirmado em março de 2024 pela emissão do *rating* brAAA pela S&P Global para o Grupo EBT, que vem sendo mantido desde 2020.

Matheus Ruiz Santiago - Presidente

Ricardo Wiering de Barros - Diretor Administrativo Financeiro

Balanço patrimonial individual em 31 dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022 - *(Em milhares de Reais - R$)*

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		**79.932**	**84.707**
Caixa e equivalentes de caixa	5	36.774	57.645
Caixa restrito	6	-	15.991
Instrumento financeiro derivativo - *Swap*	7	27.138	-
Contas a receber	8	12.145	5.340
Outros créditos	9	276	2.599
Imposto de renda/contribuição social a recuperar	10	2.710	2.559
Outros impostos a recuperar		-	21
Despesas antecipadas	11	889	552
Não circulante		**395.344**	**391.086**
Depósitos judiciais	22	47	25
Instrumento financeiro derivativo - *Swap*	7	-	17.136
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	1.654
Imobilizado	12	203.825	176.650
Direito de uso	14.1	19.210	15.021
Intangível	13	172.262	180.600
Total do ativo		**475.276**	**475.793**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante		**384.512**	**82.656**
Debêntures	15	330.887	21.672
Instrumento financeiro derivativo - *Swap*	7	4.977	23.278
Fornecedores	16	2.377	1.905
Obrigações trabalhistas	17	1.203	1.442
Obrigações tributárias	18	2.566	2.465
Impostos de renda e contribuição social		-	49
Arrendamentos a pagar	14.2	472	335
Outras contas a pagar	20	42.030	31.510
Não circulante		**28.621**	**340.946**
Debêntures	15	-	293.209
Outras contas a pagar	20	-	31.500
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	4.784	-
Arrendamentos a pagar	14.2	20.675	16.131
Dividendos a pagar	19	2.960	-
Provisão para contingências	22	202	106
Patrimônio líquido		**62.143**	**52.191**
Capital social	23	54.000	54.000
Reserva de capital	23	623	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	23	300	-
Reserva de lucros	23	7.220	(1.809)
Total do passivo e patrimônio líquido		**475.276**	**475.793**

Demonstrações dos resultados

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	25	103.871	72.680
Custo dos serviços prestados	26	(39.802)	(36.618)
Lucro bruto		64.070	36.062
Despesas gerais e administrativas	26	(1.407)	(1.457)
Outras (despesas)/receitas operacionais	26	260	(100)
Resultado antes do resultado financeiro		62.923	34.505
Despesas financeiras	27	(106.550)	(65.038)
Receitas financeiras	27	62.530	32.953
Resultado financeiro líquido	27	(44.020)	(32.086)
Lucro antes do IR e contribuição social		18.903	2.419
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	(1.116)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(6.438)	1.654
Lucro líquido do exercício		12.465	2.957

Demonstrações dos resultados abrangentes

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	12.465	2.957
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**12.465**	**2.957**

Demonstrações do valor adicionado

Descrição	2023	2022
1 - Receitas	**109.957**	**76.938**
1.1) Vendas de serviços	109.927	76.914
1.2) Outras receitas	30	24
2 - Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	**(11.897)**	**(13.063)**
2.2) Custos das mercadorias e serviços vendidos	(6.605)	(7.143)
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.292)	(5.920)
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	**98.060**	**63.876**
4 - Retenções	**(19.459)**	**(16.466)**
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	(19.459)	(16.466)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	**78.601**	**47.409**
6 - Valor adicionado recebido em transferência	**62.531**	**32.953**
6.2) Receitas financeiras	62.531	32.953
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)	**141.132**	**80.363**
8 - Distribuição do valor adicionado	**141.132**	**80.363**
8.1) Pessoal e encargos	**6.946**	**6.474**
8.1.1) Remuneração direta	4.561	4.275
8.1.2) Benefícios	2.006	1.912
8.1.3) FGTS	379	286
8.2) Impostos, taxas e contribuições	**13.935**	**5.019**
8.2.1) Federais	7.470	413
8.2.3) Municipais	6.465	4.606
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	**107.786**	**65.912**
8.3.1) Juros	106.550	65.038
8.3.2) Aluguéis	1.236	874
8.4) Remuneração de capitais próprios	**12.465**	**2.957**
8.4.2) Dividendos/distribuição de lucros	2.960	1.202
8.4.3) Lucros retidos/prejuízo do exercício	9.505	1.755

Demonstrações dos fluxos de caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		12.465	2.957
Ajustes para:			
Depreciação	12	10.024	7.353
Amortização	13	8.408	8.414
Depreciação - Direito de uso	14	917	699
Baixa de direito de uso	14	54	-
Encargos e juros sobre debêntures	15	30.273	20.115
Encargos e juros sobre debêntures capitalizados no imobilizado	15	2.548	-
Comissões sobre debêntures	15	857	-
(Ganho)/Perda Swap debêntures	7	(3.823)	12.547
(Reversão) Provisão para contingências	22	96	85
(Reversão) Provisão para PPR	17	3	-
IR e CS corrente/diferido	21	6.438	(538)
Baixa no imobilizado	12	567	1.330
Juros sobre arrendamento	14	1.665	1.188
Impostos a recuperar sobre receita financeira		147	-
Variações em:			
Contas a receber	8	(6.805)	(4.256)
Outros créditos	9	2.323	(1.450)
Impostos a recuperar	10	(130)	(4.097)
Despesas antecipadas	11	(337)	(120)
Depósitos judiciais	22	(22)	(17)
Fornecedores	16	472	32
Obrigações tributárias	18	101	2.016
Obrigações trabalhistas	17	(242)	628
Outras contas a pagar	20	(20.980)	(31.516)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**45.018**	**15.370**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(49)	(1.697)
Pagamento de debentures - juros/encargos (terceiros)	15	(17.672)	(12.259)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**27.297**	**1.414**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aumento de capital em controladas			
Aquisição de imobilizado	12	(37.802)	(33.950)
Aquisição de intangível	13	(34)	-
Caixa restrito	6	15.991	(15.991)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		**(21.845)**	**(49.941)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captação de debêntures		-	150.000
Comissões s/debêntures		-	(3.036)
Pagamento de passivo de arrendamento	14	(2.144)	(1.502)
(Aumento)Redução de capital		-	(130.000)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo - *swap*	7	(24.480)	(9.271)
Dividendos pagos		-	(775)
Adiantamento para futuro aumento de capital		300	-
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento		**(26.324)**	**5.416**
Redução líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(20.871)**	**(43.109)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	57.645	100.754
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	36.774	57.645
Redução líquido em caixa e equivalentes de caixa		(20.871)	(43.109)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	**184.000**	**1.632**	**(5.898)**	**-**	**179.734**
Redução de capital	(130.000)	(1.632)	1.632	-	(130.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.957	2.957
Constituição de reservas	-	-	2.457	(2.457)	-
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	(500)	(500)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**54.000**	**-**	**(1.809)**	**-**	**52.191**
Saldos em 01 de janeiro de 2023	**54.000**	**-**	**(1.809)**	**-**	**52.191**
Adiantamento para futuro aumento de capital	300	-	-	-	300
Lucro do exercício	-	-	-	12.465	12.465
Constituição de reservas	-	623	-	(623)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.960)	(2.960)
Transferência para reserva de lucros	-	-	9.029	(8.882)	147
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**54.300**	**623**	**7.220**	**-**	**62.143**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto Operacional: Em 28 de setembro de 2018, a AGEO Leste Terminais e Armazéns Gerais S.A. ("Companhia" ou Ageo Leste"), foi vencedora do Leilão nº 5/2018-ANTAQ referente à área STS 13, contígua aos terminais das coligadas Ageo e Ageo Norte, na Ilha Barnabé, no Porto de Santos, com o valor da outorga de R$ 210.000, com 25% do valor a ser pago à vista, e o restante em cinco parcelas anuais de 15% do valor da outorga, corrigidas pelo IPCA. Em dezembro de 2018, o resultado do leilão foi homologado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil pelo Contrato de Arrendamento nº 02/2019, o resultado do leilão foi homologado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil por um período inicial de 25 anos, o prazo pode ser prorrogado por sucessivas vezes, a exclusivo critério do poder concedente, com limite máximo de 70 anos. A Ageo Leste é Sociedade de Propósito Específico (SPE), controlada integralmente pela Empresa Brasileira de Terminais e Armazéns Gerais Ltda. (EBT), que assumiu as responsabilidades e os direitos decorrentes do referido leilão. A Ageo Leste tem como objeto social único e exclusivo a exploração do arrendamento da área, infraestruturas e instalação portuária localizada no Porto de Santos, em área de 54.221 m² (cinquenta e quatro mil e duzentos e vinte um metros quadrados), situada na Ilha Barnabé, na margem esquerda do Porto de Santos, denominada STS 13, nos termos do Contrato de Arrendamento decorrente do Leilão nº 5/2018-ANTAQ, para a movimentação e armazenagem de granéis líquidos e realização das atividades a serem desempenhadas pela Arrendatária de forma adequada nos termos do Contrato de Arrendamento, podendo para tal fim: (i) prestar serviços de armazéns gerais, cargas e descargas de caminhões, vagões, navios, operação portuária e demais serviços portuários ou correlatos à movimentação e armazenagem de produtos líquidos a granel; (ii) prestar serviços correlatos às referidas atividades. Em 01 de julho de 2019, a Companhia tomou posse efetiva da área denominada STS 13 e iniciou efetivamente suas operações de armazenagem em outubro de 2019 e possui prazo de arrendamento de 25 anos, ou seja, até 30 de junho de 2044, podendo ser prorrogado sucessivas vezes, a critério do poder concedente, até o limite máximo de 70 anos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 304.580 (R$ 2.051 positivo em 31 de dezembro de 2022) e lucro líquido no período de R$ 12.465 (lucro líquido R$ 2.957 em 31 de dezembro de 2022). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro, e se necessário, contará com suporte financeiro da controladora. As atividades preponderantes da Companhia estão relacionadas à prestação de serviços de armazenagem, movimentação, embarque e desembarque de líquidos a granel, por meio dos modais marítimos e rodoviários. O empreendimento está voltado, sobretudo, para a armazenagem de granéis líquidos, incluindo etanol, produtos aquecíveis, refrigerados, corrosivos, químicos, petroquímicos, combustíveis, ácidos, óleos minerais e vegetais, produtos alimentícios e especialidades para importação e/ou exportação. A Companhia é subsidiária integral da Empresa Brasileira de Terminais e Armazéns Gerais Ltda (EBT).

2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras relativas ao período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de maio de 2024. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação -** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos -** Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **d. Julgamentos -** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa n° 14.2 -** arrendamentos a pagar: se um contrato contém um arrendamento. **e. Incertezas sobre premissas e estimativas -** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 8 -** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da perda efetiva; **• Nota explicativa n° 12 -** Vida útil do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações; **• Nota explicativa n° 12 -** Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; **• Nota explicativa n°13 -** Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; **• Nota explicativa nº 22 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **f. Mensuração do valor justo -** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A Companhia revisa regularmente os dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC's, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações *(inputs)* utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **• Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **• Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis de hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos está incluída na seguinte nota explicativa: **• Nota explicativa n° 28 -** Instrumento financeiros. **g. Base de mensuração -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos mensurados pelo valor justo.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Moeda funcional e moeda de apresentação -** Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. **b. Receita operacional - *Prestação de serviços* -** As receitas operacionais advindas do curso normal das atividades da Companhia são medidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 / IFRS 15 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. Serviços cujo pagamento é feito antecipadamente são registrados sob o título de outras obrigações e contabilizados como receitas mediante a prestação de serviços efetiva. **c. Benefícios a empregados - *Benefícios de curto prazo a empregados* -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia também oferece benefício de participação nos lucros, que são mensurados observando critérios e metas estabelecidas. **d. Receitas financeiras e despesas financeiras -** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros; • Despesa de juros; • Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica juros pagos como atividades de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa. **e. Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente* -** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar ou receber com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou receber é reconhecido no balanço patrimonial como passivo ou ativo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido* -** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **f. Imobilizado - *(i) Reconhecimento e mensuração* -** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*. O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para os CPCs foi determinada com base em seu valor justo naquela data. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes* -** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia efetua julgamentos para definir: (i) a contabilização dos gastos em imobilizado ou em resultado (gastos relacionados a manutenção e que não altera a vida útil do bem); e para (ii) determinar a transferência dos imobilizados em andamento para o imobilizado efetivo, que é fundamental para determinar o momento inicial da depreciação. ***(iii) Depreciação* -** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, limitando-se ao período de arrendamento. A depreciação é reconhecida no resultado, terrenos não são depreciados. As vidas úteis do ativo imobilizado seguem as avaliações efetuadas por empresa especializada, por engenheiros com larga experiência no ramo, onde a maioria dos bens estão em conformidade com as taxas usualmente adotadas. A depreciação está limitada ao prazo final dos contratos de arrendamento junto à Administração da Autoridade Portuária de Santos, uma vez que não está prevista qualquer indenização em relação aos ativos não amortizados. A vida útil está demonstrada na nota explicativa n° 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Os bens foram adquiridos a partir de 01 de julho de 2019. ***(iv) Intangível* -** A outorga é mensurada pelo custo histórico de aquisição. A amortização é calculada para amortizar o custo do item do ativo intangível utilizando o método linear baseado no prazo do arrendamento. A amortização é reconhecida no resultado. ***(v) Outros Intangíveis* -** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. ***(vi) Amortização* -** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. **g. Instrumentos financeiros - *Reconhecimento e mensuração inicial* -** O saldo de contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado - VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente* -** *Ativos Financeiros - classificação* - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

DocuSign Envelope ID: 301F8C72-117A-4F06-86DA-3E58378F9F4B

ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da companhia. Geralmente, a companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa média ponderada de desconto foi definida com base nas seguintes premissas: • Taxas de descontos que levam em consideração a média de curvas de custos de debêntures obtidas junto às instituições financeiras e avaliações de risco de crédito da Companhia, ajustadas aos prazos e valores dos contratos de arrendamento. • Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. A Companhia contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos, cujos os impactos são apresentados líquidos no balanço patrimonial. De acordo com as alterações, a Companhia reconheceu um imposto diferido ativo e um imposto diferido passivo. Em 31 de dezembro de 2023, a diferença temporária tributável em relação ao ativo com direito de uso é de R$ 19.210 (nota explicativa 14.1) e a diferença temporária dedutível em relação ao passivo de arrendamento é de R$ 21.147 (nota explicativa 14.2), resultando em um imposto diferido passivo líquido de R$ 659 (nota explicativa 21). De acordo com as alterações, a Companhia apresentou um imposto diferido passivo separado de R$ 6.531 e um imposto diferido ativo separado de R$ 7.190. Não houve impacto sobre os lucros acumulados com adoção das alterações. *Arrendamentos de ativos de baixo valor* - A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

4. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação dessas demonstrações financeiras. **a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) -** As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota Explicativa 15, a Companhia tem Debêntures que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações. **b. Outras normas -** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (Alterações ao CPC 06 / IFRS 16). Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02 / IAS 21).

5. Caixa e equivalentes de caixa	**2023**	**2022**
Caixa	2	2
Bancos conta movimento	27	5.861
Aplicações de liquidez imediata	36.745	51.782
	36.774	**57.645**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que Companhia considera equivalentes de caixa os valores que são realizáveis e conversíveis imediatamente em caixa. As aplicações de liquidez imediata são representadas por CDBs - Certificados de Depósitos Bancários, remunerados no 4º trimestre de 2023, à taxa média de 103% a 103,5% (103% a 103,6% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento inferior a 90 dias e por Operações Compromissadas, remuneradas a taxa média de 80% (em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sujeito a um baixo risco de mudança de valor. As informações sobre a exposição da Companhia e riscos de crédito e de mercado sobre a mensuração a valor justo estão incluídas na nota explicativa 28 de Instrumentos Financeiros.

6. Caixa restrito	**2023**	**2022**
Caixa restrito (a)	-	15.991
	-	**15.991**

(a) Essa aplicação está vinculada aos investimentos realizados pela empresa Ageo Leste ,o valor do caixa restrito foi totalmente utilizado no projeto de REVAMP dos tanques no ano de 2023, destinado ao pagamento de consumíveis e mão de obra, com base na necessidade de realizar as melhorias, renovação e modernização dos tanques e estruturas metálicas, plataformas de carga e descarga rodoviária, automação, sistema de combate a incêndio e instalações elétricas, visando garantir a segurança e eficiência operacional da nossa empresa.

7. Instrumentos financeiros derivativos	**2023**	**2022**
Ativo instrumento financeiro derivativo líquido	22.161	-
Passivo instrumento financeiro derivativo líquido	-	(6.142)
Ativo circulante	**27.138**	**-**
Ativo não circulante	**-**	**17.136**
Passivo circulante	**4.977**	**23.278**

Abaixo as movimentações ocorridas para o exercício findo em 31 de dezembro 2023:

Saldo em 31 em dezembro de 2022	**(6.142)**
Pagamento *Swap*	24.480
Perda *swap* no período	(3.779)
Ganho *swap* no período	7.602
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**22.161**

A Companhia mantém operação para troca de índices das debêntures cuja remuneração é IPCA mais juros de 4,475% a.a. para CDI + 1,44% a.a, para a primeira emissão e para a segunda emissão, cuja remuneração é IPCA mais juros de 6,6073% a.a. para CDI + 0,65% a.a. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 28.

8. Contas a receber	**2023**	**2022**
Clientes nacionais	12.145	5.340
Total	**12.145**	**5.340**

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes é como segue:

Aging list	**2023**	**2022**
Títulos a vencer até 30 dias	12.145	5.340

Veja política contábil na nota explicativa 3h.

9. Outros créditos	**2023**	**2022**
Adiantamento a fornecedores (a)	243	2.567
Créditos com funcionários	30	19
Outras contas a receber	3	13
	276	**2.599**

(a) Refere-se a fornecedores de serviços e materiais vinculados as reformas do ativo imobilizado. No ano de 2023, os serviços foram finalizados e materiais entregues resultando na baixa dos adiantamentos no montante de R$ 2.324.

10. Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	**2023**	**2022**
IRPJ e CSLL a recuperar	2.710	2.559
	2.710	**2.559**

11. Despesas antecipadas	**2023**	**2022**
Prêmios de seguros (a)	889	552
	889	**552**

(a) Refere-se aos seguros garantia, seguro de operador portuário, seguro de riscos nomeados, seguro de riscos ambientais, seguro empresarial, seguro fiança e seguro D&O.

12. Imobilizado

a. Composição do imobilizado		**2023**			**2022**
	Vida útil (em anos)	**Custo**	**Depreciação acumulada (a)**	**Líquido**	**Líquido**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 a 22	17.836	(1.463)	16.373	17.148
Bens e equipamentos de operação	5 a 10	167.175	(25.230)	141.944	113.973
Móveis e utensílios	10	326	(163)	163	307
Equipamentos de informática	3	405	(44)	361	52
Imobilizado em construção - Bens e equipamentos de operação	-	44.984	-	44.984	45.171
Total		**230.725**	**(26.900)**	**203.825**	**176.650**

b. Movimentação do custo	**2022**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2023**
Benfeitorias em imóveis de terceiros (a)	17.794	-	-	42	17.836
Bens e equipamentos de operação (a)	130.055	180	(42)	36.982	167.175
Equipamentos de informática	317	64	-	24	405
Móveis e utensílios	191	31	-	105	326
Imobilizado em construção - Bens e equipamentos de operação (b)	45.135	37.527	(525)	(37.153)	44.984
Total	**193.491**	**37.802**	**(567)**	**-**	**230.725**
	2021	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2022**
Benfeitorias em imóveis de terceiros (a)	18	-	(22)	17.798	17.794
Bens e equipamentos de operação (a)	109.509	667	(5)	19.883	130.055
Equipamentos de informática	153	9	-	29	191
Móveis e utensílios	34	16	-	267	317
Imobilizado em construção - Bens e equipamentos de operação (b)	49.838	34.613	(1.303)	(37.977)	45.171
Total	**159.552**	**35.305**	**(1.330)**	**-**	**193.527**

(a) Em julho de 2019, a Companhia avaliou as vidas úteis dos seus ativos. A depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros e bens e equipamentos de operação são realizadas tomando como base os prazos de vida útil, limitados aos períodos de julho de 2019 a junho de 2044 dos contratos de arrendamentos junto à Administração da Autoridade Portuária de Santos. (b) As imobilizações em andamento referem-se aos bens e equipamentos de operação em construção (ampliação e atualização). O saldo registrado em 31 de dezembro de 2023 refere-se substancialmente aos projetos de equipamentos para automatização da plataforma, válvulas de bloqueio para tubulações de tanques, materiais e serviços para reforma dos tanques e tubulações R$ 12.719; equipamentos, componentes, painéis elétricos e serviço de instalação do revamp do sistema elétrico geral do terminal, incluindo as novas subestações, centros de comando de motores R$ 12.290; atuadores, painéis eletropneumáticos, remotas, infraestrutura e mão de obra para instalação de válvulas atuadas no terminal, para atendimento a legislação da ANP R$ 3.394; novas bombas centrífugas e sistema de selagem para adequação do sistema de bombeamento de produto R$ 3.129; reforma civil geral de pisos, muros e bases de tanques R$ 2.970; painéis analisadores e infraestrutura para medição da inflamabilidade do espaço vapor dos tanques R$ 1.252; tubos, conexões, acessórios e serviços relacionados ao revamp das tubulações do terminal R$ 1.071, entre outros.

c. Movimentação da depreciação acumulada	**2022**	**Adições**	**Baixas**	**2023**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(646)	(817)	-	(1.463)
Bens e equipamentos de operação	(16.083)	(9.148)	-	(25.230)
Equipamentos de informática	(138)	(25)	-	(163)
Móveis e utensílios	(10)	(34)	-	(44)
Total	**(16.877)**	**(10.024)**	**-**	**(26.900)**
	2021	**Adições**	**Baixas**	**2022**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1)	(645)	-	(646)
Bens e equipamentos de operação	(9.425)	(6.657)	-	(16.083)
Equipamentos de informática	(94)	(44)	-	(138)
Móveis e utensílios	(3)	(7)	-	(10)
Total	**(9.523)**	**(7.353)**	**-**	**(16.877)**

13. Intangível: a. Composição do Intangível

		2023			**2022**
	Vida útil (em anos)	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Outorga - STS13 (a)	25	210.000	(37.800)	172.200	180.600
Outros intangíveis	2	327	(265)	62	-
Total		**210.327**	**(38.065)**	**172.262**	**180.600**

b. Movimentação do custo

	2022	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2023**
Outorga - STS13 (a)	210.000	-	-	-	210.000
Outros intangíveis	293	34	-	-	327
Total	**210.293**	**34**	**-**	**-**	**210.327**
	2021	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2022**
Outorga - STS13 (a)	210.000	-	-	-	210.000
Outros intangíveis	257	36	-	-	293
Total	**210.257**	**36**	**-**	**-**	**210.293**

(a) Em 28 de setembro de 2018, a Companhia foi vencedora do Leilão nº 5/2018-ANTAQ, referente à área STS 13, contígua aos terminais das partes relacionadas a AGEO e AGEO Norte, na Ilha Barnabé, no Porto de Santos e em dezembro de 2018, o resultado do Leilão foi homologado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, com o valor da outorga de R$ 210.000, por um período inicial de 25 anos, a partir da data de assunção seu prazo pode ser prorrogado por sucessivas vezes, a exclusivo critério do poder concedente, até o limite máximo de 70 anos.

c. Movimentação da amortização acumulada

	2022	**Adições**	**Baixas**	**2023**
Outorga - STS13	(29.400)	(8.400)	-	(37.800)
Outros intangíveis	(257)	(8)	-	(265)
Total	**(29.657)**	**(8.408)**	**-**	**(38.065)**
	2021	**Adições**	**Baixas**	**2022**
Outorga - STS13	(21.000)	(8.400)	-	(29.400)
Outros intangíveis	(243)	(14)	-	(257)
Total	**(21.243)**	**(8.414)**	**-**	**(29.657)**

Provisão para redução no valor recuperável (impairment) - Os ativos da Companhia estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, a Companhia toma por base análises sobre os fatores externos e internos previstos no CPC -1 R1 / IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos e não identificou qualquer indicativo que requeresse a realização de teste de *impairment*.

14. Ativo de direito de uso e Arrendamento a pagar: Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota explicativa 13). A movimentação dos saldos do ativo e do passivo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está demostrada a seguir:

14.1. Ativos de direito de uso

Ativo	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**15.719**
Depreciação	(699)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**15.021**
Adições	7.703
Baixas	(2.597)
Depreciação	(917)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**19.210**

14.2. Arrendamento a pagar

Passivo	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**16.779**
Pagamento passivo de arrendamento - CP	(1.502)
Apropriação de juros	1.188
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**16.466**
Passivo circulante	335
Passivo não circulante	16.131
	16.466
Adições	7.703
Baixas	(2.543)
Pagamento passivo de arrendamento - CP	(2.144)
Apropriação de juros	1.665
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**21.147**
Passivo circulante	472
Passivo não circulante	20.675
	21.147

Refere-se à área arrendada no porto de Santos sob a Administração da Autoridade Portuária de Santos, sob arrendamento operacional. Esse arrendamento iniciou-se em 01 de julho de 2019 e possui prazo de 25 anos, podendo ser prorrogado sucessivas vezes até completar 70 anos, finalizando a primeira vigência em março de 2044. Os pagamentos do arrendamento são reajustados pelo IGP-M (FGV) anualmente. A Companhia arrenda também tanque criogênico, para uso nas atividades da Companhia, cujos prazos de arrendamento vão até março de 2044, mesmo período do contrato de arrendamento. Durante o ano de 2023 não foram celebrados novos contratos, houve atualização da contraprestação de contratos preexistentes no montante de R$ 7.703. Adicionalmente houve baixa de contrato de rádios de telecomunicação no valor de R$ 2.543.

14.3. Valores reconhecidos no resultado

Arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16	**2023**	**2022**
Juros sobre arrendamento	1.665	1.188
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	1.236	495
Depreciação	917	699
	3.818	**2.382**

14.4. Valores reconhecidos na demonstração dos fluxos de caixa

	2023	**2022**
Juros sobre arrendamento	1.665	1.188
Arrendamentos pagos	(2.144)	(1.502)
Depreciação	917	699
	438	**385**

Valores sem efeito caixa	**2023**	**2022**
Juros sobre arrendamento	1.665	1.188
Depreciação	917	699
	2.582	**1.887**

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 7,38% ao ano para contratos de arrendamentos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas da Companhia no mercado com prazos e vencimento equivalentes.

15. Debêntures

		Encargos financeiros			
Descrição	**Indexador**	**Taxa anual de Juros**	**2023**	**2022**	**Vencimento**
Debêntures não conversíveis (a)	Pós-fixado	IPCA+4,475%	176.363	167.798	15/07/2031
Debêntures não conversíveis (b)	Pós-fixado	IPCA+6,6073%	154.524	147.083	15/06/2032
Total			**330.887**	**314.881**	
Passivo circulante			330.887*	21.672	
Passivo não circulante			-	293.209	

(a) Primeira emissão de debêntures na Ageo Leste integralizada em 15 de junho de 2021 - R$ 150.000 mediante emissão de 150.000 debêntures simples com o valor nominal de R$ 1.000 cada. (b) Segunda emissão de debêntures na Ageo Leste integralizada em 15 de julho de 2022 - R$ 150.000 mediante emissão de 150.000 debêntures simples com o valor nominal de R$ 1.000 cada. * Em 30 de setembro de 2023, a parcela registrada no passivo não circulante foi reclassificada para o passivo circulante por conta de cumprimento intempestivo de obrigação não pecuniária de entrega, já sanado, de relatório de asseguração limitada prevista nas escrituras de debêntures do Grupo EBT, entregue ao agente fiduciário em 17 de janeiro de 2024. Na data de emissão deste relatório as dívidas com vencimento no longo prazo já foram reclassificadas no passivo não circulante, para compatibilizá-las aos fluxos previstos nas escrituras das debêntures, conforme demonstrado na nota explicativa 37 de eventos subsequentes. **1ª Emissão de Debêntures (Ageo Leste): • Forma e Espécie -** Espécie Quirografária com garantia Fidejussória. **• Valor Nominal Unitário** - R$ 1.000,00 (hum mil reais). **• Quantidade Emitida -** 150.000 (cento e cinquenta mil). **• Valor Total da Emissão -** R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). **• Garantias - Garantia Fidejussória -** Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Fiadora presta fiança nos termos do artigo 818 e seguintes do Código Civil, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como seus sucessores a qualquer título, solidariamente como fiadora e principal pagadora de todos os valores devidos nos termos da Escritura de Emissão. **• Prazo e Data de Vencimento -** As debêntures terão prazo de vigência de 121 (cento e vinte e um) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2031. **• Forma de Amortização -** Será amortizado em 15 (quinze parcelas) semestrais, vencendo sempre no dia 15 (quinze) dos meses de janeiro e julho de cada ano, conforme cronograma, sendo a primeira parcela devida em 15 de julho de 2024 e a última na data de vencimento 15 de julho de 2031. **• Atualização Monetária -** O valor nominal unitário ou saldo de valor nominal unitário, será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a Data de Início da Rentabilidade até a data da integral liquidação das Debêntures ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). **• Juros Remuneratórios -** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado incidirão juros remuneratórios prefixados, correspondentes a 4,475% (quatro inteiros quatrocentos e setenta e cinco milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios"), conforme 1º Aditamento da Escritura de Emissão. • Juros 2ª Série: *Swap* com Itaú - Juros de 1,44% a.a. + CDI. **2ª Emissão de Debêntures (Ageo Leste): • Forma e Espécie -** Espécie Quirografária com garantia Fidejussória. **• Valor Nominal Unitário** - R$ 1.000,00 (hum mil reais). **• Quantidade Emitida -** 150.000 (cento e cinquenta mil). **• Valor Total da Emissão -** R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). **• Garantias - Garantia Fidejussória -** Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Fiadora presta fiança nos termos do artigo 818 e seguintes do Código Civil, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como seus sucessores a qualquer título, solidariamente como fiadora e principal pagadora de todos os valores devidos nos termos da Escritura de Emissão. **• Prazo e Data de Vencimento -** As debêntures terão prazo de vigência de 120 (cento e vinte) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2032. **• Forma de Amortização -** Será amortizado em 15 (quinze parcelas) semestrais, vencendo sempre no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro de cada ano, conforme cronograma, sendo a primeira parcela devida em 15 de junho de 2025 e a última na data de vencimento 15 de junho de 2032. **• Atualização Monetária -** O valor nominal unitário ou saldo de valor nominal unitário, será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a Data de Início da Rentabilidade até a data da integral liquidação das Debêntures ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). **• Juros Remuneratórios -** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado incidirão juros remuneratórios prefixados, correspondentes a um determinado percentual, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado a maior taxa entre: (i) 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescida exponencialmente da taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com vencimento em 15 de agosto de 2030, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet, a ser apurada no fechamento do dia útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* ou (ii) 6,15% (seis inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis("Juros Remuneratórios"), calculados de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério pro rata temporis, desde a data de início da rentabilidade ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento. • Juros 2ª Série: *Swap* com Itaú - Juros de 0,65% a.a. + CDI. Abaixo as movimentações ocorridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**158.706**
Captação	150.000
Comissões sobre debêntures	(3.036)
Pagamento juros	(12.259)
Juros capitalizados no imobilizado	1.355
Atualização monetária e juros	20.115
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**314.881**
Comissões sobre debêntures	857
Pagamento juros	(17.672)
Atualização monetária e juros	30.273
Juros capitalizados	2.548
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**330.887**

Cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) - A Companhia possui contrato de debêntures que estabelece "covenants" financeiros e qualitativos, normalmente aplicáveis a esses tipos de operações. O endividamento líquido /EBITDA ajustado consolidado ao final de cada exercício deve estar limitado a 3,5 vezes. Em junho de 2021, os *covenants* foram alterados através de aditamento da escritura das debêntures da Companhia para: (1) Permitir a opção para distribuir semestralmente dividendos, juros sobre capital próprio, resgate de quotas ou amortização/resgate de ações conforme aplicável, bonificações em dinheiro ou quaisquer outros tipos de remuneração/participação. Em junho de 2022, a 2ª emissão de debentures da Ageo Leste estipulou novo limite de distribuição de dividendos/lucros por parte da controladora EBT. Ao avaliar os limites entre a 1ª e 2ª emissão da Companhia, prevalecerá o menor valor entre eles para apuração do limite a ser distribuído em cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2023, o limite de distribuição de dividendos/ lucros, por parte da controladora é de 25% do lucro líquido consolidado da EBT que totaliza R$ 53.640 ou até R$ 78.921, o maior valor entre eles de acordo com a cláusula de aditamento da escritura de debêntures. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as obrigações restritivas (*covenants*).

16. Fornecedores: Os fornecedores da Companhia são de materiais e serviços utilizados na operação, todos de origem nacional.

	2023	**2022**
Fornecedores nacionais	2.377	1.905
	2.377	**1.905**

17. Obrigações trabalhistas	**2023**	**2022**
Provisão de férias,13º e encargos	521	444
PPR- Programa de participação nos resultados (a)	311	308
INSS na fonte sobre serviços	200	137
INSS sobre folha a recolher	117	110
FGTS a recolher	37	40
Contribuição sindical/assistencial	3	3
Provisão para dissídio coletivo (b)	-	384
Outros	14	16
Total	**1.203**	**1.442**

(a) O PPR é baseado em metas gerais e específicas para os setores e colaboradores, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento das pessoas e da Companhia. São avaliados Scorecard de Operação, Melhoria contínua, Qualidade e Recursos Humanos, atribuindo peso e escala a cada meta preestabelecida. (b) Trata-se de provisão para reajuste salarial anual com data-base no mês de julho/2022. O reajuste salarial e demais itens do dissídio coletivo foram pagos em julho de 2023.

18. Obrigações tributárias	**2023**	**2022**
Passivo circulante		
COFINS a recolher	1.207	1.270
ISS faturamento	858	794
PIS a recolher	261	274
IRRF a recolher	67	37
CSLL/PIS/COFINS retidos na fonte	99	47
ISS retido na fonte	74	44
Total	**2.566**	**2.465**

19. Dividendos	**2023**	**2022**
Dividendos a pagar	2.960	-
Total	**2.960**	**-**

20. Outras contas a pagar	**2023**	**2022**
Outorga a pagar (a)	41.993	63.000
Outras contas a pagar	37	10
Total	**42.030**	**63.010**
Passivo circulante	**42.030**	**31.510**
Passivo não circulante	**-**	**31.500**

(a) Conforme nota explicativa nº 1, em 28 de setembro de 2018, a controlada AGEO Leste foi vencedora do Leilão nº 5/2018-ANTAQ, referente à área STS 13, contígua aos terminais das controladas AGEO e AGEO Norte, na Ilha Barnabé, no Porto de Santos, com o valor da outorga de R$ 210.000. Em dezembro de 2018, o resultado do Leilão foi homologado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. O pagamento da Outorga será efetuado em cinco parcelas de R$ 31.500, atualizadas monetariamente pelo IGPM, sendo a última parcela em 2024.

21. Imposto de renda e contribuição social:

a. O imposto de renda e a contribuição social correntes são compostos como segue

	2023	**2022**
Resultado antes do IR e da contribuição social	18.903	2.419
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
(+/-) Diferenças temporárias	(27.724)	(15.393)
(+/-) Diferenças permanentes	128	16.325
Base de cálculo do IR e contribuição social	**(8.694)**	**3.352**
Alíquota aplicável	34%	34%
Débito fiscal apurado pelo lucro real	-	1.140
IR e contribuição social no resultado - corrente	-	(1.116)
IR e contribuição social no resultado - diferido	(6.438)	1.654
Total de IR e contribuição social no resultado	**(6.438)**	**(538)**
Alíquota efetiva	34%	34%

b. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue

	2023	**2022**
Comissão debêntures	3.149	3.522
Prejuízo fiscal	(8.790)	-
Provisões para contingências	(202)	(106)
Direto de uso do CPC 06 (R2) - IFRS 16	2.606	2.804
Efeitos tributários líquidos s/ CPC 06 (R2) - IFRS 16	(4.543)	(4.249)
Derivativo *swap*	22.161	(6.142)
Reversão dissidio e provisão PPR	(311)	(692)
Base de cálculo do imposto diferido	**14.070**	**(4.863)**
Alíquota de Imposto de renda e contribuição social - 34%	34%	34%
Impostos diferidos	**4.784**	**(1.654)**

22. Provisão para contingências e depósitos judiciais: Durante o curso normal dos negócios, a Companhia fica exposta a certas contingências e riscos, que incluem processos, trabalhistas, em discussão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía registrados, no passivo não circulante, os seguintes valores a título de provisão para cobrir eventuais riscos prováveis de perda, com base nas opiniões de seus assessores jurídicos:

	2023	**2022**
Processos trabalhistas	202	106
	202	**106**

Trabalhistas - Refere-se a discussões trabalhistas de caráter remuneratório e indenizatórios. A Companhia provisionou o saldo de R$ 202 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 106 em 31 de dezembro de 2022) com base no parecer dos assessores jurídicos, avaliados com risco de perda provável.

Movimentação da provisão para contingências	**2023**	**2022**
No início do exercício	**106**	**21**
Reversões/baixas	-	(71)
Complemento de provisão	16	14
Novas provisões	80	142
No fim do exercício	**202**	**106**

Causas possíveis de perda - Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é parte passiva em processos judiciais avaliados por seus assessores jurídicos como possíveis de perda no montante de R$ 165 (R$ 31 em 31 de dezembro de 2022) em causas cíveis e trabalhistas de diversas naturezas, tais como pagamento de horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial, adicional noturno etc., que se encontram na esfera judicial em fases processuais distintas. **Depósitos judiciais -** Os depósitos judiciais relacionados a ações trabalhistas montam respectivamente em R$ 47 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 25 em 31 de dezembro de 2022), está demonstrado no ativo não circulante.

23. Patrimônio líquido: a. Capital Social - Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 54.000 (R$ 54.000 em 31 de dezembro de 2022). Em setembro de 2023 a empresa recebeu de sua controladora adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R$ 300. **b. Reserva de Lucros -** O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 7.220 (R$ 1.809 negativo em 31 de dezembro de 2022). Nos termos do art. 199 da lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), o saldo da reserva de lucros não poderá ultrapassar o capital social **c. Reserva legal -** O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 623. (A Companhia não apresentou saldo de reserva legal em 31 de dezembro de 2022). Constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. **d. Distribuição de Lucros -** No exercício de 2023, a Companhia não distribuiu lucros (R$ 775 em 31 de dezembro de 2022). **e. Dividendos -** Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia constituiu o valor de R$ 2.960 (a Companhia não constituiu dividendos em 31 de dezembro de 2022). Constituído à razão de 25%, no mínimo, do lucro líquido após as aplicações em Reserva Legal, apurado em cada exercício social nos termos do art. 194

DocuSign Envelope ID: 301F8C72-117A-4F06-86DA-3E58378F9F4B

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa futuro não descontados) são os seguintes:

	2023						
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 4 anos	Entre 5 e 6 anos	Maior que 7 anos	Valor estimado	Valor contábil
Debêntures (CDI)	330.887	-	-	-	-	330.8879	330.887
Fornecedores	2.377	-	-	-	-	2.377	2.377
Arrendamentos a pagar	472	1.052	1.213	1.398	17.012	21.147	21.147
Outras contas a pagar	42.030	-	-	-	-	42.030	42.030
	375.766	**1.052**	**1.213**	**1.398**	**17.012**	**396.441**	**396.441**

Risco de mercado - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros - afetarão os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração da Empresa. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela administração da Empresa. *Risco cambial* - A Companhia está sujeito ao risco de moeda em parte de suas receitas denominadas em uma moeda diferente do Real (R$), em dólar americano (USD). *Risco de taxa de juros* - Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Exposição - Taxa de Juros	Saldo Contábil	Risco	Provável	25%	-25%	50%	-50%
IPCA			3,57%	4,46%	2,68%	5,36%	1,79%
Debêntures	(330.887)	Aumento IPCA	(342.700)	(345.653)	(339.746)	(348.606)	(336.793)
CDI			9,91%	12,39%	7,43%	14,87%	4,96%
Instrumentos derivativos - *swap* ativo	342.125	Diminuição CDI	376.030	384.506	367.553	392.982	359.077
Instrumentos derivativos - *swap* passivo	(319.964)	Aumento CDI	(351.672)	(359.600)	(343.745)	(367.527)	(335.818)
Aplicações financeiras	36.745	Diminuição CDI	40.386	41.297	39.476	42.207	38.566
Impacto no resultado				**1.459**	**(1.459)**	**2.919**	**(2.919)**

29. Transações sem efeito Caixa: Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia teve as seguintes transações não caixa, que não foram apresentadas nas Demonstrações dos fluxos de caixa:

Transações sem efeito caixa	2023	2022
Dividendos mínimos propostos a pagar	2.960	702
Resultado no exercício	(2.960)	(702)
Juros capitalizados imobilizado	(3.903)	(1.355)
Juros capitalizados debêntures	3.903	1.355
Instrumento financeiro derivativo	(3.823)	12.547
Receitas financeiras	7.602	20.735
Despesas financeiras	(3.779)	(33.282)
Ativo de direito de uso	7.703	-
Passivo de arrendamento	(7.703)	-
Baixas de direito de uso	54	-
Reversão de amortização	(54)	-
	-	-

30. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens próprios sujeitos a riscos e relativos às responsabilidades para com terceiros em função da sua atividade por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

Natureza da cobertura	Montantes segurados
Operador Portuário (Responsabilidade Civil)	123.401
Riscos Nomeados Operacionais	150.281
Riscos Ambientais	38.620
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores D&O	10.621

31. Eventos subsequentes: Reclassificação de debêntures - Conforme nota explicativa 15, a Companhia possui debêntures incentivadas que estão sujeitas a *covenants* específicos. Em 30 de setembro e 31 de dezembro de 2023, as dívidas foram registradas integralmente no passivo circulante como consequência do cumprimento intempestivo de obrigação não pecuniária prevista nas escrituras das debêntures da Companhia. No entanto, em 16 e 22 de abril de 2024 foi obtido *"waiver"* junto aos debenturistas de forma a ratificar o cumprimento da obrigação não pecuniária, dentre outros. Consequentemente, na data de emissão deste relatório, a dívida já foi reclassificada para o passivo não circulante, retornando ao fluxo de pagamento original previsto na escritura da debênture demonstrado abaixo. As parcelas de longo prazo a serem reclassificadas no passivo não circulante são demonstradas a seguir, por ano de vencimento:

Ano	Valor
2025	39.044
2026	39.044
2027	39.044
2028	39.042
2029	39.044
2030	39.044
2031	39.269
2032	10.535
Total	**284.066**

Matheus Ruiz Santiago
Presidente

Ricardo Wiering de Barros
Diretor Administrativo Financeiro

Francisco Carlos Baltazar de Queiroz
Contador - CRC 1SP197903/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Ageo Leste Terminais e Armazéns Gerais S.A. - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Ageo Leste Terminais e Armazéns Gerais S.A. ("Companhia"), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ageo Leste Terminais e Armazéns Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada"Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo imobilizado: Veja as Notas 3 (f) e 12 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui registrado na rubrica de ativo imobilizado do balanço patrimonial o montante de 203.825 mil. A Companhia investe valores significativos na ampliação e manutenção dos seus bens e equipamentos. Os investimentos são realizados objetivando: a ampliação, manutenção e reparo do item do ativo imobilizado; e substituição de peças de um ativo imobilizado para manter os ativos imobilizados em boas condições de funcionamento e garantir que estejam dentro do padrão de qualidade e segurança para continuidade da prestação dos serviços oferecidos pela Companhia até o final do prazo do contrato de direito de exploração e uso da Instalação Portuária, atendendo o acordado no referido contrato. Desta forma, a administração da Companhia exerce julgamento para definir se a alocação dos gastos deve ser reconhecida como imobilizado ou despesa. Devido à quantidade das transações, ao julgamento exercido pela administração da Companhia e o ativo imobilizado ser o elemento mais relevante das demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado; (ii) analisamos em base amostral, a classificação dos valores dos investimentos entre imobilizado ou como gastos de manutenção reconhecidos no resultado do exercício com base na natureza desses investimentos; (iii) avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatórioda Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia anão mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusiveas divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de maio de 2024.

KPMG **Auditores Independentes Ltda.**
CRC 2SP 014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador - CRC 1SP245014/O-2

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 03/06/2024 19:39:39 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*